



APÓS CINCO MESES DE PANDEMIA, MEC LANÇA PLANO PARA CHIPS

Página 6

CALENDÁRIO 2020...

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB

REITORIA RECUA E APRESENTA SEGUNDA PROPOSTA DE CALENDÁRIO

Pró-reitora de Graduação reconheceu que projeto anterior desagradou à comunidade acadêmica. Nova proposta sobrepõe PLE com 2020.1 no final de setembro. Na última reunião do CEG, na sexta-feira, 21, vários centros apresentaram alternativas de calendário. AdUFRJ quer ampliar debate com os professores. Muitos docentes reclamam das idas e vindas da administração central. A próxima reunião do CEG para decidir o cronograma é no dia 2 de setembro. As aulas do PLE começam segunda-feira, 24 de agosto. **Páginas 3 e 4**

EDITORIAL

TEMPO & RESPEITO

DIRETORIA

Tivemos uma semana de grande movimentação em toda a UFRJ: departamentos, conselhos, congregações se reuniram e se debruçaram sobre a proposta apresentada no dia 14 de agosto pela Pró-Reitoria de Graduação para a definição do calendário para os próximos períodos letivos. Avaliamos que esse foi um processo virtuoso, que demonstrou a vitalidade de nossa vida institucional e o forte compromisso dos docentes desta universidade, que atenderam prontamente a essa convocação com a elaboração de inúmeras propostas que buscam responder aos desafios que o presente nos impõe.

Entretanto, essa vitalidade foi, ao mesmo tempo, o nosso maior entrave para que as deliberações fossem tomadas na sexta-feira: nenhum de nós teve acesso ao conjunto de proposições que surgiram nessas discussões, assim como os conselheiros também as viram pela primeira vez. Trata-se de matéria de maior importância, que irá determinar o nosso funcionamento pelos próximos semestres, com grandes consequências para a instituição, mas também para a vida de cada um de nós.

Existem motivos reais para que essa decisão seja tomada o quanto antes, mas isso não pode representar atropelos e, principalmente, deliberações que precisem ser reformuladas posteriormente. É legítima a reivindicação de que tenhamos primeiro a compreensão do conjunto de propostas que foram elaboradas, pois muitas unidades e centros indicaram suas propostas sem conhecer o que outros estariam propondo. Essa troca irá favorecer o surgimento de sínteses que atendam melhor a complexidade e a heterogeneidade dos nossos cursos, que não são poucos.

Por compreender a urgência e a gravidade do momento que atravessamos, a AdUFRJ enviou documento ao Conselho de Ensino e Graduação, CEG, na última quinta-feira, 20, solicitando que as propostas apresentadas fossem analisadas e discutidas, mas que a sua deliberação não ocorresse sem a devida escuta à comunidade universitária. É preciso que a UFRJ tome conhecimento do conjunto de proposições apresentadas, que

Em tempos de pandemia e distanciamento social, não foi pouco o que fizemos até aqui, e esperamos que o que se construa a partir de agora fortaleça e revigore ainda mais nossa instituição. Se a vida democrática do país parece respirar com ajuda de aparelhos, a universidade precisa ser não só a referência crítica a esse processo, mas aquela que oferece em seu funcionamento o exemplo de práticas responsáveis e consequentes.

tenha acesso ao que foi formulado nesse grande esforço institucional e possa assim deliberar com mais segurança.

Buscamos acompanhar e compreender todas as propostas apresentadas, e reforçamos três princípios essenciais para esse debate, que também norteariam as diversas contribuições oriundas dos Centros:

1. Não podemos assumir a tarefa de lecionar três períodos letivos em sequência sem que haja entre eles um recesso que nos permita o lançamento de notas, a reorganização de turmas, o planejamento de novas atividades, além de todo o trabalho administrativo que é requerido. Destacamos ainda que o direito a um descanso mínimo entre os períodos letivos não só é um direito dos professores, mas também é necessário para o corpo discente.

2. É fundamental encontrar um modo de não penalizar ou sobrecarregar ainda mais os docentes que se apresentaram para oferecer disciplinas durante o PLE.

3. A necessidade de adequação do calendário da universidade deve, em primeiro lugar, obedecer aos critérios de qualidade dos cursos oferecidos, não permitindo que sejam feitas compactações que os comprometam ou sobrecarreguem de forma excessiva os estudantes.

A nova proposta apresentada pela Reitoria (vide página 3) implica em mudanças muito rápidas, que exigirão um grande engajamento de toda a estrutura da universidade. A semana que se inicia no dia 24 não só trará a novidade do ensino remoto emergencial, mas provavelmente um acalorado debate sobre o tema. Nós não nos furtaremos a ele. E esperamos que o corpo docente se envolva ainda mais nesse processo. Na segunda-feira já devemos ter um calendário de discussões a ser apresentado para todos os professores.

Em tempos de pandemia e distanciamento social, não foi pouco o que fizemos até aqui, e esperamos que o que se construa a partir de agora fortaleça e revigore ainda mais nossa instituição. Se a vida democrática do país parece respirar com ajuda de aparelhos, a universidade precisa ser não só a referência crítica a esse processo, mas aquela que oferece em seu funcionamento o exemplo de práticas responsáveis e consequentes.

ADEUS AO TRABALHO?

Um pequeno balanço sobre os desafios para quem trabalha na universidade, no contexto da crise sanitária da Covid-19, foi promovido pelo Núcleo de Bioética e Ética Aplicada (NUBEA) na quarta-feira, 19. A mesa "Trabalho em tempos de pandemia e as atividades universitárias" contou com os três sindicatos da UFRJ – AdUFRJ, Sintufrj e Attufrj para uma troca de ideias. E acabou revelando um panorama geral, e desigual, das novas condições de trabalho na universidade frente à pandemia.

"Estamos enfrentando uma pandemia com um governo que coloca granadas em nossos bolsos e que apresenta a universidade para a sociedade como uma inimiga, como o grande problema do país", avaliou Eleonora Ziller, presidente da associação docente. "E ainda estamos discutindo uma proposta que é colocar esse PLE (período letivo excepcional) em pé, com atividades letivas sem intervalo para chegar sem atraso ao calendário SISU (Sistema de Seleção Unificada)".

A presidente da AdUFRJ falou sobre a sobrecarga de tarefas dos docentes no ensino, na pesquisa, na extensão e à frente das funções administrativas. "O compromisso dos professores com os alunos, os laboratórios e todas as dimensões da universidade é enorme", afirmou, "mas há também uma ponderação sobre até que ponto os professores poderão se sacrificar em nome do histórico de excelência da universidade". Eleonora defendeu a articulação entre os segmentos para a garantia de redes de proteção compatíveis com as demandas



criadas pelo novo cenário pandêmico. E citou, como exemplo, o espaço criado, em maio, por estudantes, servidores e terceirizados: o Fórum de Mobilização e Ação Solidária (Formas).

Damires França, do Sintufrj, destacou o aumento da carga horária sem limite e do custo doméstico. "Os técnicos online acabam ficando disponíveis *full time*, inclusive nos finais de semana. Boa parte teve que comprar equipamento e aumentar a internet de casa para poder trabalhar".

Damires falou ainda do impacto do trabalho remoto sobre a saúde física e mental: "As mulheres estão especialmente sobrecarregadas com os cuidados com filhos e pais". E sublinhou que o isolamento "desmobiliza a luta coletiva" e "favorece o assédio moral".

Ponta mais frágil da universidade, os terceirizados registraram um retrocesso nas relações trabalhistas. "Tudo online ficou muito mais difícil para nós", avaliou Waldinéa Nascimento. A representante da Attufrj listou problemas para pagamentos em geral, como auxílios de alimentação e de transporte, e a agudização do assédio. A terceirizada também reafirmou a importância da articulação entre as associações. "As pessoas não têm noção do que os terceirizados estão passando".

(Elisa Monteiro)



CULTURA ASFIXIADA

A política institucional brasileira para a cultura pode ser resumida em duas frentes nos dias atuais: estrangulamento financeiro para o grosso da obra e aparelhamento político para o que sobrar de pé. O cenário nada animador para o setor movimentou o encontro virtual da AdUFRJ. #Tamojunto, da sexta-feira (14). O debate, estimulado pela professora Titular da Faculdade de Letras, Beatriz Resende, deu especial atenção ao desmonte da Casa de Rui Barbosa.

"A Casa é um lugar símbolo da preservação da história e do pensamento livre, crítico e criativo", opinou a presidente da AdUFRJ, Eleonora Ziller. "Seu acervo, documentos e biblioteca compõem um patrimônio cultural valioso para o país e, em especial, para o Rio de Janeiro. Nela, estão reunidos importantes escritores e pensadores da tradição brasileira".

O título do debate foi "Cultura como caso de Polícia", tema que também serviu de mote para reflexão de um artigo publicado pela docente, na Folha de São Paulo, dias antes (12). Nos dois momentos, Beatriz Resende questionou a nomeação, nada técnica, do capitão da Polícia Militar baiana, André Porciúncula Esteves, como secretário Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura. "Para calar a cultura não é preciso censura, basta cortar verbas. O cara da grana hoje é nada menos que um policial", criticou.

A lista de sufocamento foi longa. Cinema, companhias de dança, teatro, orquestras, artes plástica penam à míngua, sem qualquer política de incentivo, mesmo diante da pandemia. Editoras e livrarias igualmente ignoradas e à beira da falência. E finalmente os museus: literalmente às traças. "Talvez seja o setor mais grave, porque a perda de acervo é algo que muitas vezes não pode ser reparado", lamentou a ex-coordenadora do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ.

Para a docente, a cultura é vítima de uma estratégia silenciosa de desmonte. "Depois dos escândalos com Roberto Alvim encenando Goebbels, ofendendo Fernanda Montenegro e das barulhentas gafes da Regina Duarte, agora temos esse desgaste silencioso com um secretário ex-galã de 'Malhação', Mário Frias", argumentou. "É uma tônica que temos observado em outras áreas, como a Saúde. Se não tem ministro, não tem pandemia", comparou. (Elisa Monteiro)

PLANO DE SAÚDE

Quem recebe o benefício de assistência à Saúde Suplementar tem até o dia 31 de agosto para apresentar a comprovação das despesas referentes ao exercício 2019, informa a pró-reitoria de Pessoal. A comprovação deverá ser feita enviando pelo SIGAC, módulo requerimento, a declaração do seu plano de saúde, contendo: data de início do contrato; modalidade (cobertura) do plano de saúde; valores mensais por beneficiário, com o atestado da quitação até 31/12/2019. O procedimento deve seguir um manual divulgado pela página da PR-4. Se o plano foi contratado através do Sintufrj ou da CAURJ, não é necessário fazer a comprovação, que será feita pelas entidades. Para esclarecimentos adicionais, envie um e-mail para: beneficios@pr4.ufrj.br. No caso dos convênios feitos via AdUFRJ, o comprovante do plano Unimed pode ser obtido no site do Grupo Qualivida Saúde. E o da SulAmérica, no site da Qualicorp, na área do cliente.

CEG debate calendário, mas decisão fica para setembro

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

As dúvidas sobre o que acontecerá após o período letivo excepcional continuam. A Pró-reitoria de Graduação reuinou pela segunda vez de uma proposição que relacionava o PLE ao calendário regular da universidade e deixou a comunidade acadêmica discutindo por uma

semana, enquanto outra proposta era gestada. A pró-reitora Gisele Pires chegou a reconhecer, na reunião do Conselho de Ensino de Graduação do dia 21, que o calendário elaborado na semana passada era "engessado". E apresentou uma nova versão que assimila parte das críticas feitas à proposta anterior. Agora, a formulação prevê períodos letivos maiores e recessos que não constavam no projeto original,

além da concomitância de parte do período letivo excepcional ao primeiro período de 2020. Pela nova proposta, os dois períodos coincidem entre setembro e novembro. A professora Gisele Pires justificou a simultaneidade dos períodos letivos. "Não será problemática. Professores e alunos envolvidos no PLE terão suas atividades transferidas para 2020.1 e por isso não serão afetados",

afirmou. Mas não convenceu. "Eu considero oito semanas de sobreposição grave academicamente, pedagogicamente. Como os estudantes vão conseguir conciliar dois períodos simultâneos? Como os professores vão trabalhar com turmas diferentes, disciplinas diferentes ao mesmo tempo?", questionou a conselheira Leticia Ramos. Além do novo calendário da administração central, outras

sete propostas foram apresentadas ao CEG, vindas de unidades e centros. Por isso, o colegiado definiu que o calendário acadêmico será votado no dia 2 de setembro. Até lá, é tarefa da comunidade universitária debater o que foi sugerido, para que o colegiado possa se debruçar em proposições construídas a partir do maior consenso possível. O **Jornal da AdUFRJ** mostra um resumo do que foi apresentado no colegiado.

AS DIFERENTES PROPOSTAS DE CALENDÁRIOS



NOVA PROPOSTA PR-1

PERÍODO	DATA	DURAÇÃO
PLE	24/08 a 16/11/2020	12 semanas
2020.1	21/09 a 19/12/2020	13 semanas
Recesso	20/12/2020 a 31/01/2021	6 semanas
2020.2	01/02 a 15/05/2021	15 semanas
Recesso	16/5 a 30/5/2021	2 semanas
2021.1	31/05 a 11/09/2021	15 semanas

Modifica completamente a proposta anterior apresentada, aumenta períodos, concede recessos, sobrepe parcialmente o PLE com o período 2020.1, entre 21/9 e 16/11. Professores que atenderam completamente à demanda dos estudantes ficariam isentos da oferta de disciplinas em 2020.1.

PROPOSTA ECO

PERÍODO	DATA	DURAÇÃO
PLE	24/08 a 16/11/2020	12 semanas
Recesso	17/11/2021 a 03/01/2021	48 dias
2020.1	04/01 a 27/03/2021	12 semanas
Recesso	28/03 a 18/04/2021	22 dias
2020.2	19/04 a 10/07/2021	12 semanas
Recesso	11/07 a 01/08/2021	22 dias
2021.1	02/08 a 23/10/2021	12 semanas
Recesso	24/10 a 15/11/2021	23 dias
2021.2	16/11/2021 a 12/02/2022	12 semanas
Recesso	13/02 a 13/03/2022	29 dias
2022.1	14/03 a 02/07/2022	16 semanas

Sugestão apresenta períodos com duração similar ao PLE e intervalos para descanso e ajustes dos atos acadêmicos entre os semestres letivos.

PROPOSTA CCMN

PERÍODO	DATA	DURAÇÃO
PLE	24/08 a 16/11/2020	12 semanas
2020.1	Atividades realizadas em 2020	Limitada ao PLE
Recesso	17/11 a janeiro ou fevereiro	Aberta à discussão no CEG
2020.2	Janeiro a abril ou fevereiro a maio	15 semanas
Recesso	Até fins de maio	De duas a três semanas
2021.1	A partir de maio	15 semanas
2021.2	De setembro até dezembro 2021	15 semanas
2022.1	Março 2022	Regular

Proposta não focou em datas definidas, mas no formato com tempo de duração dos períodos de 15 semanas, intervalos de férias no final do ano para descanso e adequação dos atos acadêmicos pós-PLE.

PROPOSTA CCS

PERÍODO	DATA	DURAÇÃO
PLE	24/08 a 16/11	12 semanas
Atos acadêmicos	17/11 a 29/11	12 dias
2020.1	30/11/2020 a 12/03/2021	12 semanas
Recesso	19/12/2020 a 10/1/2021	23 dias
Atos acadêmicos	13/3/2020 a 4/4/2021	22 dias
2020.2	5/4 a 9/7/2021	14 semanas
Atos acadêmicos	10/7 a 01/8/2021	22 dias
2021.1	2/8 a 5/11/2021	14 semanas
Atos acadêmicos	6/11 a 28/11/2021	22 dias
2021.2	29/11/2021 a 18/3/2022	16 semanas
Atos acadêmicos	19/3/ a 10/04/2022	22 dias
2022.1	A partir de 11/04/2022	-

Premissas: períodos com o mínimo de 12 semanas e recessos para atos acadêmicos de 22 dias entre os períodos letivos.

PROPOSTA DUQUE DE CAXIAS

PERÍODO	DATA	DURAÇÃO
PLE	24/08 a 16/11/2020	12 semanas
Recesso	17/11/2020 a 03/01/2021	6 semanas
2020.1 e 2020.2	4/01 a 01/05/2021	16 semanas
2021.1	A partir de 24/9/2021	-

Proposta sugere concomitância entre os períodos de 2020.1 e 2020.2 para assegurar férias e uma duração de 16 semanas dos semestres letivos.

PROPOSTA 1 DA FAU

PERÍODO	DATA	DURAÇÃO
PLE1 (2020.1)	24/08 a 16/11/2020	12 semanas
Recesso	17/11 a 29/11/2020	2 semanas
PLE2 (2020.1)	30/11/2020 a 05/03/2021	12 semanas
Recesso	06/03 a 28/03/2021	3 semanas
2020.2	29/03 a 09/07/2021	15 semanas
Recesso	10/07 a 01/08/2021	3 semanas
2021.1	02/08 a 12/11/2021	15 semanas
Recesso	13/11 a 05/12/2021	3 semanas
2021.2	06/12/2021 a 01/04/2022	15 semanas
Recesso	02/04 a 24/04/2022	3 semanas
2022.1	25/04 a 26/08/22	18 semanas
Recesso	27/08 a 18/09/2022	3 semanas
2022.2	19/09/2022 a 27/01/2023	18 semanas
Recesso	28/01 a 05/03/2023	5 semanas
2023.1	A partir de 06/03/2023	-

Premissas: manutenção do PLE conforme regimentado; necessidade de períodos com o mínimo de 12 semanas, sendo o mínimo adequado de 15 semanas; recessos com mínimo de 2 semanas - idealmente 3 - para os atos acadêmicos; composição de dois PLE para validação, em conjunto, de 2020.1.

PROPOSTA 2 DA FAU

PERÍODO	DATA	DURAÇÃO
PLE1 (2020.1)	24/08 a 16/11/2020	12 semanas
Recesso	17/11 a 29/11/2020	2 semanas
PLE2 (2020.1)	30/11/2020 a 06/02/2021	9 semanas, incluindo sábados
Recesso	07/02 a 21/02/2021	2 semanas
2020.2	22/02 a 15/05/2021	12 semanas, incluindo sábados
Recesso	16/05 a 30/05/2021	2 semanas
2021.1	31/05 a 01/10/2021	18 semanas
Recesso	02/10 a 02/11/2021	4 semanas
2021.2	03/11/2021 a 18/03/2022	18 semanas
Recesso	02/04 a 24/04/2022	4 semanas
2022.1	18/04 a 19/08/2022	18 semanas
Recesso	20/08 a 18/09/2022	4 semanas
2022.2	19/09/2022 a 31/01/2023	18 semanas
Recesso	28/01 a 05/03/2023	5 semanas
2023.1	A partir de 06/03/2023	-

Proposta compacta os períodos do ano de 2020, mas prevê aulas aos sábados, amplia intervalos entre períodos e a duração dos semestres letivos a partir de 2021.

PROPOSTA DO CT/ESCOLA DE QUÍMICA

PERÍODO	DATA	DURAÇÃO
PLE	24/08 a 16/11/2020	12 semanas
Recesso	17/11 a 06/12/2020	3 semanas
2020.1	07/12/2020 a 12/03/2021	12 semanas
Recesso	13/03 a 04/04/2021	3 semanas
2020.2	05/04 a 28/06/2021	12 semanas
Recesso	29/06 a 18/7/2021	3 semanas
2021.1	19/07 a 08/10/2021	12 semanas
Recesso	09/10 a 02/11/2021	3 semanas
2021.2	03/11/2021 a 04/02/2022	12 semanas, descontado o intervalo de Natal e Ano Novo

Premissas: mínimo de 12 semanas por período e recesso de 3 semanas entre períodos, para atos acadêmicos e descanso.

PROPOSTA DE MACAÉ

PERÍODO	DATA	DURAÇÃO
PLE	24/8 a 16/11/2020	12 semanas
Recesso	17/11 a 6/12/2020	3 semanas
2020.1	7/12/2020 a 03/04/2021	15 semanas
Recesso	04/04 a 25/04/2021	3 semanas
2020.2	26/04 a 07/08/2021	15 semanas
Recesso	08/08 a 29/08/2021	3 semanas
2021.1	30/08 a 11/12/2021	15 semanas
Recesso	12/12/2020 a 02/01/2021	3 semanas
2021.2	03/01 a 16/4/2022	15 semanas
Recesso	17/04/ a 08/5/2022	3 semanas
2022.1	09/05 a 20/08/2022	15 semanas
Recesso	21/08 a 11/09/2022	3 semanas
2022.2	12/09 a 24/12/2022	15 semanas

Premissas: semestres com 15 semanas letivas e recesso de 3 semanas entre os semestres.

Nova proposta da PR-1 ainda gera dúvidas

> Houve muitas críticas ao primeiro calendário formulado pela reitoria. Novas datas ainda são questionadas. Unidades e centros elaboram alternativas

SILVANA SÁ
silvana@adufjrj.org.br

Após severas críticas à primeira proposta de calendário acadêmico elaborada pela Pró-reitoria de Graduação, a administração central construiu uma nova proposição, apresentada ao CEG no dia 21 (veja detalhes na página 3). Apesar de melhorar o tempo de duração dos períodos letivos e abrir espaço para recessos e atos acadêmicos, a proposta suscitou novas dúvidas e críticas, porque prevê uma sobreposição entre o PLE e 2020.1.

“Particularmente nos preocupa bastante a questão da sobreposição. Muitos docentes ficariam de fora de 2020.1, o que inviabilizaria a oferta de muitas disciplinas”, observa a professora Juliana Milanez, representante do campus Macaé no CEG. Ela também indica a necessidade de o colegiado avaliar cenários para o oferecimento de disciplinas práticas obrigatórias, da qual muitos estudantes dependem para se formar. “Preocupa muito a aprovação de qualquer calendário sem pensar em como será feita a oferta de disciplinas práticas”.

Os centros de Tecnologia e de Ciências Jurídicas e Econômicas vão aprofundar a discussão na próxima semana. Os dois reúnem seus Conselhos na segunda-feira (24) para consensuar propostas. O decano do CT, professor Walter Sueimitsu, considera o novo calendário elaborado pela PR-1 semelhante ao proposto pela Escola de Química (veja na página 3). “Não há diferenças substantivas em re-



lação ao tempo de duração dos períodos. Mas a sobreposição me parece ruim”, avalia. “O ideal é que os períodos aconteçam um após o outro, sem concomitância, e que os créditos do PLE sejam computados para 2020.1”, defende.

“Qualquer que seja o modelo a ser definido pela universidade, nós acreditamos que deva ser obrigatório para os docentes, para que não haja uma diferenciação tão grande na oferta de disciplinas entre os cursos”, acredita o decano do CCJE, professor Flávio Martins. Ele sugere que a discussão leve em consideração as experiências do PLE. “O debate amadurecido virá com a própria experiência do PLE. Precisamos de algumas semanas para avaliar como aconteceu o ensino remoto na

universidade, já que não temos perspectivas de ensino presencial pelo menos até o início do ano que vem”.

A AdUFRJ encaminhou aos conselheiros uma carta com princípios que acredita que devam nortear as discussões sobre o calendário. Eles se resumem a: direito ao descanso mínimo e tempo de reorganizar atos acadêmicos entre períodos; buscar meios de não penalizar ou sobrecarregar ainda mais os docentes que ofereceram disciplinas durante o PLE; obedecer aos critérios de qualidade dos cursos, sem compactações que sobrecarreguem os estudantes.

PROPOSTA RUIM

A primeira proposta da PR-1 foi criticada por professores, técnicos e estudantes. Os problemas

se concentraram principalmente no curto tempo dedicado a 2020.1, de apenas dez semanas, e na inexistência de intervalos entre os períodos letivos. E levou unidades a elaborarem alternativas.

“Não há hipótese de oferecermos um ensino de qualidade emendando três períodos seguidos. É muito exaustivo”, reclama a professora Thais Aguiar, chefe do departamento de Ciência Política do IFCS.

No CCMN, a maior parte dos docentes defende abrir 2020.2 já no início do ano que vem. “Houve muitas formaturas, TCC, disciplinas foram oferecidas no PLE e mesmo antes. Tudo isso se transformaria em 2020.1”, argumenta a professora Mônica Ferreira Moreira, do Instituto de Química. “Teríamos o período de férias em dezembro e retomariamos em janeiro ou fevereiro, iniciando 2020.2 com 15 semanas”, completa a decana Cássia Turci.

A Escola de Comunicação também elaborou um calendário alternativo. A proposta vem ganhando adesão de outras unidades. “Qualquer posição deve considerar a adesão objetiva e subjetiva ao PLE, que foi muito variada entre as unidades”, observa o professor Sandro Tórres, diretor adjunto de graduação da ECO. “Precisaremos de tempo para equacionar todas as exceções que serão geradas no PLE”, argumenta.

A preocupação com o período legal de férias também foi um fator na elaboração da proposta. “Estamos trabalhando exaustivamente na pandemia e com uma carga emocional muito pesada”, considera a professora Suzy dos Santos, diretora da ECO.

Os estudantes alertam para o tempo necessário à elaboração do calendário. “É preciso que a universidade toda seja incluída nessa discussão, para que a proposta seja sólida”, considera Natália Borges, diretora do DCE Mário Prata.

Para o professor Nelson Braga, Titular do Instituto de Física, é preciso levar em conta os prazos da instituição. “Não podemos demorar muito sob pena de perdermos ingressantes, de termos nossa qualidade comprometida”, acredita o docente.

Aulas teóricas começam na Faculdade de Medicina

> Docentes e alunos avaliam de forma positiva a experiência com o Período Letivo Excepcional, iniciado em 13 de julho. Práticas presenciais só foram autorizadas para o internato

LUCAS ABREU
lucas@adufjrj.org.br

Alto número de inscritos, boa participação dos alunos nas atividades e surgimento de experiências que poderão ser aproveitadas no futuro pós-pandemia. A avaliação de professores e estudantes da Faculdade de Medicina, que iniciou o Período Letivo Excepcional em 13 de julho, pode deixar otimistas os demais cursos da universidade.

“Estamos tentando usar o PLE a favor da graduação”, afirmou a professora Marcia Garnica, coordenadora da disciplina Medicina Interna 3. “A ideia é tentar melhorar coisas que no ensino presencial não dava para fazer por limitação de salas, horários ou disponibilidade das pessoas”, relatou. Um exemplo foi a realização de um painel sobre a Covid-19 com mais de 20 profissionais que atuam no combate à pandemia. “Ficamos online durante toda a manhã com mais de 160 alunos, e com muita interação deles. Algo assim seria muito difícil no ensino presencial”.

“É claro que existem várias limitações, mas, neste momento, não temos opção. Estamos tentando fazer o melhor possível”, observou Marcia. “Se a experiência der certo, podemos usar algumas das ferramentas que estamos testando agora para trazer mais possibilidades para as aulas presenciais”.

Marcia dá aulas para o sétimo período da Medicina, e contou que todos os 120 alunos aderiram ao PLE. “Montamos um organograma da semana para

ter aulas síncronas e atividades assíncronas. O conteúdo estará todo disponível para o aluno, mas definimos metas que ele tem que cumprir a cada semana”. De acordo com a professora, a opção por mais atividades assíncronas buscou facilitar o acesso dos estudantes.

Já a coordenação da disciplina Medicina Interna 2 optou por fazer a maior parte das atividades síncronas, mas com as aulas gravadas para que os alunos possam acessar posteriormente. “Atividades síncronas parecem ser de mais fácil adaptação para professores e alunos, e talvez, neste momento, deem mais garantia de participação de todos”, disse o coordenador da disciplina, professor Rodrigo Serafim. A medida parece ter funcionado, já que 90 dos 96 alunos do sexto período se inscreveram no PLE. “A experiência está sendo melhor do que eu esperava, e acho que os alunos estão com a mesma impressão”, avaliou.

AULAS PRÁTICAS

A portaria nº 544 do MEC, de 16 de junho, que autorizou o ensino remoto nas universidades no período da pandemia também proibiu que os cursos de Medicina oferecessem atividades práticas remotamente. Como todas as disciplinas obrigatórias do curso têm atividades práticas, a faculdade da UFRJ decidiu oferecer a parte teórica das disciplinas. “Se a organização de alguma dessas disciplinas compreender atividades práticas, estas serão efetivamente ministradas em período letivo posterior ao PLE, dentro das recomendações emanadas pelas instâncias superiores da UFRJ”, informou em nota a direção.



INTERNATO Universidade fornece equipamentos de proteção individual para aulas práticas

As aulas da Medicina no período 2020.1 começaram em 3 de fevereiro, 45 dias antes de a reitoria suspender as atividades presenciais de graduação. A opção da faculdade, em acordo com professores e alunos, foi aproveitar o conteúdo deste período de mais de um mês de aula, e fazer do PLE uma continuação de 2020.1. A alternativa diminuiu a carga de aulas práticas que ainda devem ser oferecidas, mas não o suficiente para atender o mínimo necessário. “Calculamos o percentual de atividades práticas que já foram dadas e já sabemos quantas precisaremos repor.

A reposição será presencial, mas ainda não sabemos quando”, explicou Marcia Garnica. A dúvida com relação à reposição do conteúdo prático talvez seja o maior motivo de apreensão dos alunos. “Fica essa dúvida no ar de quando poderemos ter as aulas práticas”, disse Cleiton Magno, aluno do sétimo período. Mas se há preocupação com o futuro, o presente traz otimismo. “Estamos tendo bastante interação com os professores, tanto nas atividades síncronas quanto nas assíncronas. E os professores têm se movimentado bastante para tentar se adequar a esse modelo”, relatou.

Com apenas disciplinas práticas na sua grade curricular, os alunos do internato foram autorizados a ter aulas presenciais pela reitoria e pela pró-reitoria de Graduação. Com uma série de cuidados: a universidade fornece equipamentos de proteção individual (EPI) para os alunos, e as atividades foram planejadas para diminuir a quantidade de alunos por sala. “Estamos tendo menos trabalho, mas estou conseguindo aprender mais coisas novas”, afirmou Eduardo Cukiernorn, aluno do 11º período. “E, com turmas menores, temos mais atenção dos professores”, completou.

MAIORIA DAS UNIVERSIDADES JÁ ADERIU AO ENSINO REMOTO

Até o fim de setembro, 54 das 69 universidades federais terão retomado as aulas em meio remoto. As demais ainda discutem o calendário. E nenhuma decidiu pelo retorno presencial das atividades acadêmicas. A informação foi divulgada em uma coletiva de imprensa virtual pela diretoria executiva da associação de reitores, a Andifes, no dia 20.

A opção pela oferta das aulas em meio virtual, argumentaram os reitores, não é a ideal, mas a melhor dentro das circunstâncias da pandemia. “Já tive essa experiência de

ensino remoto, mesmo antes da pandemia. É uma situação nova para grande parte dos docentes e dos estudantes. Mas certamente possível”, disse Joana Angélica, reitora da Universidade Federal do Sul da Bahia. “Acho que vamos ter problemas, sim, mas acredito que manter as atividades remotas neste momento trará muito mais vantagens do que prejuízos”, completou.

“É uma anormalidade sem precedentes. O que o setor da Educação como um todo está fazendo é adotar uma estratégia de redução

de danos”, reforçou o reitor Paulo Burmann, da Universidade Federal de Santa Maria.

Os dirigentes negaram que as universidades tenham demorado a abordar a questão do ensino remoto. “Será que demoramos? As universidades públicas tinham que oferecer um sistema que não abrisse mão da qualidade e fosse absolutamente inclusivo. Justamente por isso, precisou ser construído dentro desse espaço de tempo”, afirmou Marcus David, reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora.

APOIO INSUFICIENTE DO MEC

A inclusão digital, enfatizaram os reitores, não tem contato com o devido apoio do MEC. Questionado sobre o programa de distribuição de chips aos alunos anunciado pelo ministério esta semana (leia mais na página 6), o presidente da Andifes, professor Edward Brasil, criticou: “O auxílio claramente não é suficiente. Ele se propõe a atender à faixa de estudantes de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. Sabemos que a camada da faixa de renda imediatamente acima foi muito afetada”, disse. De cada quatro estudantes das universidades federais, o reitor informou que três são de baixa renda e um deles é de baixíssima renda — o público atendido pelo programa do MEC.

“As universidades terão que fazer esforço extra para viabilizar a conectividade e também em relação a equipamentos”.

A Andifes voltou a se manifestar contra a proposta do governo de redução linear de 18,2% do orçamento discricionário das universidades para 2021. As instituições perderiam R\$ 1 bilhão de verbas para custeio e investimento. E num contexto em que as despesas serão maiores, em função da pandemia. Com 18,2% a menos, em condições normais, seria inviável funcionar. Em condições de pandemia, é simples concluir que nenhuma universidade suporta uma redução dessa magnitude”, afirmou Edward. **(Kelvin Melo)**

MEDICINA MACAÉ SÓ OFERECE DISCIPLINAS ELETIVAS

Na Medicina de Macaé, um impasse impede que os alunos cursassem as disciplinas obrigatórias dentro do Período Letivo Excepcional. A coordenação do curso fez uma leitura de que a portaria nº 544 do MEC, que proibe a oferta remota de aulas práticas da Medicina, inviabiliza o ensino da parte teórica dessas mesmas disciplinas. Assim como no Rio, não há obrigatórias apenas com conteúdo teórico. Desde o dia 13 de julho, somente as eletivas estão sendo oferecidas.

Ao saber que a faculdade do Fundão ofereceria disciplinas teórico-práticas no PLE, a co-

ordenação do curso de Macaé interpeleu o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) quanto ao cumprimento da portaria 544, por ofício datado de 17 de julho.

Como o documento sugeria que a Faculdade de Medicina dava aulas práticas remotamente, a pró-reitora de Graduação, professora Gisele Pires, decidiu, para esclarecer o caso, convidar para uma reunião o diretor adjunto de graduação da Medicina, Luiz Antônio de Lima, e a coordenadora do curso de Macaé, Laila Ertler.

No encontro, ficou esclarecido que a Medicina Fundão oferece apenas as atividades teóricas

das disciplinas. A pró-reitora recomendou que a situação fosse formalizada ao CEG. “Pedimos que a Faculdade de Medicina nos envie um ofício dizendo que as aulas práticas das disciplinas teórico-práticas seriam ministradas em um período posterior ao PLE”, relatou Gisele. “Essa foi uma sugestão da Faculdade de Medicina, e nós do CEG acatamos”.

Segundo Gisele, a professora Laila explicou na reunião que Macaé não teria condições de fazer o mesmo, graças às características do curso da unidade. “Eu deixei bem claro que o CEG e a PR-1 não iriam deliberar de cima para bai-

xo. A Faculdade de Medicina enviou o ofício, Macaé não enviou”, resumiu a pró-reitora.

“Aderimos ao PLE e, com base na normativa do MEC e do nosso colegiado, foram oferecidas apenas matérias exclusivamente teóricas”, disse o vice-coordenador do curso de Medicina de Macaé, professor Cristiano Salles Rodrigues. “Não há nenhuma resistência por parte da coordenação ou dos professores em relação ao PLE. Mas o curso de Medicina tem disciplinas que, por determinação do MEC, não podem ser dadas de maneira remota”, salientou.

Cientes de que os professores do Fundão estão oferecendo a carga teórica de disciplinas teórico-práticas no PLE, os estudantes de Macaé pressionam a coordenação para garantir um tratamento isonômico. A estudante Adeline Mouta Moreira Neto organiza um grupo com a reivindicação. “Estamos tentando levar isso adiante desde que o PLE começou a ser discutido”, contou. “Agora, o colegiado disse que tem que conversar com todos os professores e, dependendo das respostas, vai pedir ao CEG para oferecer essas disciplinas”, disse. **(Lucas Abreu)**

Ministério do atraso

> MEC demorou cinco meses para apresentar plano de acesso à internet para estudantes. Mas ainda não há uma data para a implementação do projeto

NAIARA DEMARCO/MEC

MILTON RIBEIRO:
"Foi um pouquinho tarde"



LUCAS ABREU
lucas@adufrrj.org.br

Demorou cinco meses até o Ministério da Educação apresentar um projeto para facilitar o acesso ao ensino remoto de alunos de universidades e institutos federais. O plano foi apresentado em entrevista coletiva do ministro Milton Ribeiro no último dia 17. Ainda sem data para começar, a etapa inicial do programa pretende levar internet móvel para 400 mil estudantes.

Segundo o MEC, 90% dos alunos das instituições federais já têm acesso à internet. A intenção é atender aos 900 mil alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com renda inferior a um salário mínimo e meio – nos primeiros seis meses, o MEC vai conceder o benefício apenas para quem tem renda familiar mensal de até meio salário mínimo.

A UFRJ não esperou o MEC e desde segunda-feira, 17, está distribuindo chips para os alunos. "Se fôssemos esperar o MEC, teríamos tido um enorme atraso no começo do período excepcional", contou o vice-reitor, Carlos Frederico Leão Rocha. "Dada a nossa experiência, imagino que nós só poderíamos começar a distribuir os chips do MEC em outubro". O vice-reitor ainda apontou duas outras discrepâncias que tornam o plano do ministério menos abrangente que o da UFRJ. "Nosso edital básico envolve alunos com renda familiar de até um salário mínimo e meio, e o do MEC é só até meio salário mínimo", explicou. O outro ponto é a franquia de dados. A universidade oferece 50 GB, 10 GB a mais do que o plano do governo.

O programa do Ministério da Educação conta com um orçamento de R\$ 24 milhões. Alunos que já têm um plano de dados receberão um aumento de 10 a 40 Gb na sua franquia de

UFRJ NÃO ESPERA MEC E COMEÇA A DISTRIBUIR CHIPS

A UFRJ distribuiu os chips de acesso à internet desde segunda-feira, 17, para os alunos que foram selecionados pelo edital da universidade. A Pró-Reitoria de Políticas Estudantis encarregou as unidades da entrega dos dispositivos para evitar a concentração de todos os beneficiados no mesmo local. Junto com os cartões, a PR-7 ofereceu também equipamentos de proteção individual para uso dos técnicos e professores que fazem a entrega. A intenção é que todos os alunos recebam seus chips até o começo do Período Letivo Excepcional.

O Diretório Central dos Estudantes (DCE) questionou a logística adotada pela reitoria para a entrega do material. A principal crítica é à necessidade de deslocamento até a universidade para pegar o chip. "Muitos estudantes, especialmente moradores de municípios do Grande Rio, estão com dificuldade de se deslocar até a capital", disse Antônia Velloso, representante do DCE. "Além disso, estamos sem o passe livre universitário, então tem o custo das passagens". Segundo Antônia, a representação estudantil sugeriu à PR-7 que os cartões fossem enviados pelos Correios, ou entregues pela universidade na casa dos estudantes.

O pró-reitor de Políticas Estudantis, Roberto Vieira, disse que a PR-7 recebeu as sugestões, mas que elas são inviáveis. "Enviar pelos Correios atrasaria a operação, porque é um pro-



DISTRIBUIÇÃO NA UFRJ ocorre em diferentes dias para evitar a aglomeração de pessoas. Servidores envolvidos na entrega recebem equipamentos de proteção individual



cesso para cada estudante", explicou o pró-reitor. "Quando o aluno recebe o chip, ele entrega uma declaração, essa entrega ficaria muito lenta assim". Roberto também explicou a inviabilidade da entrega em domicílio. "Não temos carros e motoristas suficientes para fazer 3 mil entregas". A PR-7 está com um canal de atendimento exclusivo para os alunos beneficiados pelo edital.

Ainda segundo o pró-reitor, as unidades não estão relatando nenhum tipo de problema na distribuição. A Faculdade Nacional de Direito optou por entregar os chips para os 127 alunos cadastrados ao longo

de toda a semana. "Dividimos a entrega para preservar a segurança de todos", contou o diretor da Faculdade, professor Carlos Bolonha. "Oferecemos atendimento especial para alunos com deficiência, com um dia de entrega dedicado a eles", relatou. O processo está sendo feito respeitando os protocolos de segurança, com distanciamento e o uso de EPIs. A PR-7 vai entrar em contato com os alunos que não fizeram a retirada do seu chip. "Vamos procurá-los para saber que tipo de problema eles tiveram. Já tivemos casos de alunos que desistiram, então esse acompanhamento é importante",

consumo. Quem não tem acesso à internet vai receber um chip pré-pago com até 40 GB. A previsão é que o programa dure até o fim do ano. O programa também vai beneficiar estudantes do ensino básico de institutos federais e do Colégio Pedro II.

Segundo o MEC, 25 universidades federais já aderiram às aulas remotas, e 72 mil estudantes destas instituições vão poder receber o benefício. Mesmo estando nesse grupo, a UFRJ não será beneficiada pelo programa. "No ministério, não falaram sobre ressarcimento à universidade", explicou Carlos Frederico. "Estamos utilizando recursos da assistência estudantil para parte do nosso edital. Os recursos que utilizamos do orçamento foram para os chips do pessoal que não se enquadraria no edital do MEC, como alunos de pós-graduação ou com renda familiar de até um salário e meio", detalhou.

O ministro da Educação, Milton Ribeiro, reconheceu a demora do MEC, e atribuiu a lentidão à "burocracia interna" da pasta. "Foi um pouquinho tarde para tomarmos essa iniciativa, mas o percurso administrativo que as coisas públicas possuem nos torna um pouco mais lentos", afirmou. "É isso naturalmente foi uma das causas pelas quais a gente demorou um pouco mais do que aparentemente seria razoável".

Ribeiro assumiu o MEC efetivamente esta semana, já que foi diagnosticado com Covid-19 assim que foi nomeado ministro. Seu antecessor, Abraham Weintraub, dedicou as primeiras semanas da pandemia a atacar as universidades que não estavam oferecendo aulas remotas, sem jamais apresentar um plano para a inclusão de alunos sem internet.



contou Roberto Vieira. Mas antecipando-se à pró-reitoria, as unidades do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza estão procurando os alunos que não aparecerem para pegar seus equipamentos. "A iniciativa foi da decania e das unidades", contou a decana do CCMN, professora Cássia Turci. Segundo a decana, o Instituto de Química, cuja entrega foi terça-feira, conseguiu localizar alguns estudantes que não apareceram e agendar uma nova entrega para eles na quinta-feira.

No CCMN, a entrega também está acontecendo sem problemas e com muitos cuidados. "Distribuímos o trabalho entre unidades para desaglomerar, e assim proteger servidores, professores e alunos envolvidos", disse Cássia. "Fizemos fora das salas, nos corredores, onde há mais espaço e circulação de ar". (Lucas Abreu)

Cientistas da UFRJ acham lagostim pré-histórico

> Fóssil descoberto na Antártica representa mais uma prova de como era diversa a fauna daquela região há milhões de anos. Diretor do Museu Nacional participou da expedição do achado

KIM QUEIROZ
comunica@adufrrj.org.br

Cientistas do Museu Nacional e de outras instituições fizeram uma descoberta que ajuda a desvendar um capítulo muito antigo da história da Terra. No dia 13, os pesquisadores apresentaram o fóssil de uma nova espécie de lagostim que viveu na Antártica há cerca de 75 milhões de anos.

O diretor do Museu, professor Alexander Kellner, ressaltou o valor do achado. "Isso contribui para entendermos melhor a evolução da vida e a sua diversidade num dos cantos mais inóspitos do nosso planeta", disse. "A Antártica não era um deserto gelado como é hoje. Na verdade, havia plantas, árvores, animais como dinossauros e pterossauros, e as suas águas eram relativamente rasas".

O fóssil de lagostim foi encontrado na Ilha James Ross, em 2016. A demora de quatro anos até a recente divulgação se justifica pelo rigoroso trabalho de descrição, que o diferenciou das outras 66 espécies já conhecidas. Esta foi a primeira encontrada e descrita por uma equipe brasileira na Antártica.

ESPINHOSO

Nomeado *Hoplopatria echinata*, do latim *echinatus*, que significa espinhoso, o lagostim tem uma ornamentação espinhosa como um diferencial. "A principal característica que os destaca dos



1. RECONSTRUÇÃO DO HOPLOPatria ECHINATA. ilustrado por Maurílio Oliveira, Paleontista do Museu Nacional UFRJ.

2. FOTO COMPARATIVA entre o fóssil sob luz normal e sob luz ultravioleta.

3. MAPA MOSTRA a Península Antártica e a ilha James Ross, onde o fóssil foi encontrado

outros Hoplopatria conhecidos é essa espinulação presente nas patas e na estrutura bucal", disse Allysson Pinheiro, diretor do Museu de Paleontologia Plácido Cidade Nuvens, vinculado à Universidade Regional do Cariri (URCA).

Convidados pelo Museu Nacional da UFRJ a contribuir com os estudos, os pesquisadores da URCA utilizaram luz ultravioleta para analisar o fóssil do crustáceo e identificá-lo como uma nova espécie. "Cada espécie nova

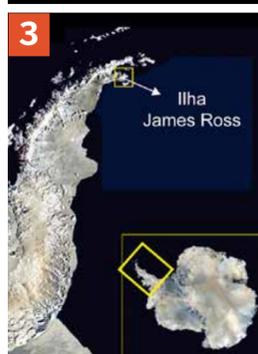
recompõe um pouco do que era aquele ambiente, e de como era o planeta naquele momento", apontou Allysson.

Segundo ele, os lagostins são típicos de águas com uma temperatura intermediária. "Foi corroborado pelo lagostim que a Antártica, há cerca de 75 milhões de anos, não era o que a gente conhece hoje", destacou. "Esse continente mudou sua posição relativa no planeta, era bem mais quente e abrigava grupos típicos dessas regiões mais quentes".

A descoberta foi fruto de uma expedição do projeto Paleontar, coordenado por Kellner. A iniciativa, financiada pelo CNPq e que conta com o apoio da Marinha, coleta dados geológicos e paleontológicos da região desde 2005.

Nos últimos anos, os cientistas decidiram expandir os estudos para conhecer melhor o conjunto da biota da Antártica. "A gente fez um projeto mais amplo, abrangendo todas as ilhas que estão ali na Península Antártica. Ou seja, qualquer lugar que a

IMAGENS: DIVULGAÇÃO/MUSEU NACIONAL



Marinha consiga nos levar para buscar fósseis, nós vamos", afirmou Kellner.

"Encontramos uma metade do nódulo onde estava o fóssil. A outra tinha que estar em algum local. Procuramos perto e não achamos. Por acaso, quando estávamos voltando para o acampamento, encontramos a segunda metade, a cerca de quinze metros da primeira", contou. "Fico brincando que também precisamos de sorte para fazer achados na paleontologia", completou.

MUSEU NACIONAL RECEBE DOAÇÃO

Em cerimônia realizada na quarta-feira, 19, em frente ao Museu Nacional, a UFRJ recebeu um cheque simbólico de R\$ 20 milhões da Assembleia Legislativa do Rio. A verba será utilizada na recuperação da fachada e do telhado do prédio, que pegou fogo em setembro de 2018. Presidente da Alerj, o deputado André Ceciliano (PT) explicou que os recursos têm origem na economia de orçamento com contratos e serviços. Em agradecimento pela doação, o deputado recebeu um pedaço de madeira da construção original.



ANDRÉ LUIZ MELLO



QUEIMADAS

UFRJ cria sistema inédito de monitoramento de incêndios no Pantanal e no Cerrado

TEXTO: LIZ MOTA ALMEIDA
FOTOS: FERNANDO SOUZA
comunica@adufjr.org.br

Um sistema desenvolvido pela UFRJ utiliza inteligência artificial, de forma inédita, para monitorar as queimadas no Brasil. A vantagem do “Alarmes”, como foi denominado, é permitir conhecer o tamanho das áreas atingidas por fogo nos últimos 60 dias, pela análise das imagens de satélite. Em geral, os modelos existentes captam os focos de calor. Ou seja, visualizam apenas onde está queimando, e não quanto já foi devastado.

“Essa é a inovação do nosso produto. Criamos um sistema de alerta que traz a informação de quanto está queimando nos últimos dias”, conta a professora e pesquisadora Renata Libonati, do Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais (Lasa) do Instituto de Geociências. “É um marco importante para a UFRJ, porque mostramos como a universidade serve às demandas da sociedade”, diz a professora.

O “Alarmes” também ajuda a entender o que está acontecendo de forma mais ágil, uma necessidade nos tempos atuais. “O clima está mudando muito rápido e isso faz com que haja cada vez mais risco de fogo”, afirma. “Quanto mais conhecemos e monitoramos o sistema climático ou as queimadas, temos mais dados e mais informação para tomar decisões, de forma que consigamos nos adaptar e mitigar os efeitos futuros do aquecimento global”, observa.

O sistema monitora os biomas do cerrado e do Pantanal. E, este ano, a proliferação de queimadas no Pantanal está muito acima da média histórica, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Até o momento, foram identificados 1.684 focos de calor na região, número quase sete vezes maior do que a média registrada nos meses de julho de 2009 a 2019. Por meio de nota técnica, o



AMAZÔNIA O laboratório do Instituto de Geociências trabalha com um estudante da Universidade do Estado do Amazonas como expandir o sistema “Alarmes” para a região, que também sofre com o aumento das queimadas

Lasa estimou que a área queimada dos últimos dois meses na região é de aproximadamente 730 mil hectares, o que corresponde a 17% da área do estado do Rio de Janeiro ou quase toda a região metropolitana, que engloba 20 municípios.

“Se não tivesse sido contabilizado por esta metodologia, muito provavelmente teríamos que esperar mais algumas semanas até se ter uma ideia mais precisa de quanto se perdeu”, diz Ricardo Trigo, professor da Universidade de Lisboa, parceira da UFRJ no projeto.

Ricardo, docente convidado do De-

partamento de Meteorologia, reforça a importância da agilidade do sistema, que faz a detecção da área queimada em 24 horas. “Consegue se perceber muito melhor como é que a atual época de incêndios decorre: o que está ardendo, onde e por quanto tempo”.

Fora do país, o “Alarmes” já está ativo na Península Ibérica, parte da África e em uma grande parte da Austrália. “Essa é a grande novidade. Podermos ter uma base de dados para grandes regiões. Agora, no bioma do cerrado e também na zona do Pantanal no Brasil”, reflete.

AMAZÔNIA

O bioma do estado do Rio deve entrar em breve no “radar” dos pesquisadores. Um desafio maior é a Amazônia. O tipo de fogo da região ocorre por baixo das copas densas das árvores mais altas. “O satélite não consegue, muitas vezes, observar a alteração da vegetação e do acúmulo do carvão e cinza nas superfícies”, explica Renata. Um aluno de doutorado da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) trabalha esta parte do projeto em parceria com a UFRJ. “A questão da Amazônia está em desenvolvimento, mas não temos como prever quando isso será feito”, explica Renata.